



EDITAL

ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA - EJURR

EXPEDIENTE DE 17/02/2021

EDITAL N.º 18/2021 - EJURR

A Desembargadora **ELAINE BIANCHI**, Diretora da Escola do Poder Judiciário de Roraima - EJURR, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que será realizado pela EJURR, mediante as regras internas determinadas neste edital, o curso: **Justiça 4.0**, a ser ministrado pelos Formadores **Adriano Araújo, Anderson de Paiva Gabriel, Caroline Somesom Tauk, Fábio Ribeiro Porto, Marcus Lívio Gomes, Dorotheo Barbosa Neto e Esdras Silva Pinto**.

1. DO CURSO

1.1. O curso será realizado no período e nos horários constantes na Programação - Anexo I, na modalidade EaD, **de forma síncrona**, pela plataforma digital *Google Meet*

1.2. O curso tem por objetivo capacitar os cursistas a atuar de maneira consentânea com a contemporaneidade, compreendendo a transformação tecnológica do Poder Judiciário, aplicando em sua atividade judicante o Programa Justiça 4.0.

1.3. A carga horária do curso será de 8 (oito) horas/aula.

2. DAS VAGAS

2.1. Serão ofertadas 40 vagas para magistrados e servidores do TJRR.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições deverão ser solicitadas no endereço eletrônico **ejurr.tjrr.jus.br**, no período compreendido entre às **08h do dia 25/04 às 14h do dia 05/05/2020**.

3.2. As solicitações de inscrição pelos servidores implicarão na anuência da chefia imediata para a sua participação, sendo de inteira responsabilidade do servidor a solicitação de inscrição sem a devida anuência da chefia.

3.3. A EJURR não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação ou de congestionamento das linhas de comunicação.

3.4. A confirmação das inscrições se dará com a publicação da lista de inscritos **até o dia útil anterior a realização da ação formativa**, no sítio da EJURR (ejurr.tjrr.jus.br)..

3.5. Após a publicação da lista de inscritos, o pedido de cancelamento da inscrição somente será aceito no prazo estipulado no § 2º, Art. 8º da Portaria GP 975/2015.

3.6. Findo o prazo estabelecido no item anterior, os pedidos de desistência se processarão na forma do artigo 8º, § 3.º da Portaria GP 975/2015.

3.7. A inassiduidade ou desistência injustificadas no curso implicarão na impossibilidade de participação em novos eventos da mesma natureza pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data do término da ação, nos termos do Art. 6º da Portaria 975/2015.

3.8. O servidor injustificadamente faltoso/desistente deverá ressarcir ao erário o valor do investimento proporcional à quantidade de inscritos (Art. 6º, § 2º da Portaria 975/2015).

3.9. Mais informações pelos telefones da EJURR: 3198-4156 e 3198-4157.

4. DA AVALIAÇÃO

4.1. A avaliação dos alunos se dará na perspectiva formativa do processo de ensinagem no âmbito da aprendizagem significativa. A avaliação do curso será de reação, pela percepção dos participantes em forma de respostas a perguntas fechadas, apresentadas em formulário específico para sua mensuração, onde serão considerados pontos como objetividade, organização, programa e avaliação, dentre outros.

5. DA CERTIFICAÇÃO

5.1. Serão certificados os alunos que obtiverem frequência mínima de 100% (cem por cento) da carga horária total do curso e aproveitamento na avaliação formativa.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria-Geral da EJURR, de acordo com as normas pertinentes.

Publique-se. Cumpra-se.

Des^a. Elaine Bianchi

PROGRAMAÇÃO

Data/hora	Conteúdo Programático	Carga horária
09/05/22 segunda-feira 09h às 11h Google Meet	Encontro síncrono para o debate da implementação do Programa Justiça 4.0 nos tribunais. Formadores: Dr. Marcus Lívio - Juiz Federal da 2ª Região Dr. Dorotheo Barbosa - Juiz auxiliar da Presidência do CNJ	2h/a
16/05/22 segunda-feira 09h às 11h Google Meet	Encontro síncrono para o debate das Resoluções do CNJ e seu impacto no dia-a-dia dos magistrados. Formadores: Dr. Anderson Paiva - Juiz do TJRJ Dr. Fábio Ribeiro Porto - Juiz do TJRJ	2h/a
23/05/22 segunda-feira 09h às 11h Google Meet	Encontro síncrono para debater como a tecnologia pode contribuir para o acesso à Justiça e para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Formadores: Dr. Adriano Araújo - Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Dr. Fábio Ribeiro Porto - Juiz do TJRJ	2h/a
30/05/22 segunda-feira 09h às 11h Google Meet	Encontro síncrono para o debate dos limites do uso de inteligência artificial no Judiciário. Formadores: Dra. Caroline Tauk - Juíza auxiliar de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Dr. Esdras Pinto - Juiz do TJRR	2h/a

CURRÍCULO DO FORMADOR

Adriano Araújo: Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, atualmente coordenando o desenvolvimento da Plataforma Digital do Poder Judiciário. Juiz de Direito titular da Vara Única da Comarca de Parelhas/RN. Ex-Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Ex-Defensor Público do Estado do Paraná. Ex-Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Ex-Técnico Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Possui bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009). Também possui graduação em Tecnologia em Informática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (2003), Especialização em Tecnologia de Desenvolvimento de Software Orientado a Objetos para Web pela Universidade Potiguar (2007) e Especialização em Direito Constitucional pela Universidade Anhuera/Uniderp (2011). Foi Juiz Mediador dos conflitos extrajudiciais da construção da Barragem de Oiticica (RN). Ex-Coordenador dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) das Comarcas de Serra Negra do Norte, Jardim de Piranhas e Caicó/RN.

Anderson de Paiva Gabriel: Doutorando e Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador Visitante (Visiting Scholar) na Berkeley Law School (University of

California-Berkeley). Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, exercendo as atribuições de Coordenador Processual. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), aprovado em 1º lugar no XLVII Concurso. Anteriormente, atuou como Delegado de Polícia do Estado do Rio de Janeiro e como Delegado de Polícia do Estado de Santa Catarina. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo recebido diploma de dignidade acadêmica Cum Laude. Especialização em Direito Público e Privado pelo Instituto Superior do Ministério Público (ISMP), especialização em Direito Constitucional pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e especialização em Gestão em Segurança Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Professor de Direito Processual Penal da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Escola de Administração Judiciária (ESAJ). Integrante da Câmara de Regulação do Agente Regulador do Operador Nacional do Registro Imobiliário eletrônico (ONR), instituída no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ). Integrante do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP) do TJRJ, tendo integrado anteriormente o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) do TJRJ (2019/2020). Integrante do Conselho Editorial da Revista da Escola Nacional de Magistratura (ENM) e da Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Membro honorário do Conselho da HSSA (Humanities e Social Sciences Association) da University of California-Berkeley.

Caroline Somesom Tauk: Juíza Federal desde 2012. É Mestre em Direito Público pela UERJ e Visiting Scholar em Columbia Law School. É membro da Comissão de Direito da Propriedade Industrial e Intelectual e Direito Econômico da Escola da Magistratura Federal da 2ª Região EMARF. Ex-Promotora de Justiça do MPRJ e ex-Advogada da União (AGU). Atualmente juíza auxiliar de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Fábio Ribeiro Porto: Possui pós-graduação em Direito Privado pela Universidade Federal Fluminense e mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006). Atualmente é Juiz de Direito - Poder Judiciário Estadual e Professor do Curso de Pós-graduação em Direito Privado da Universidade Federal Fluminense.

Marcus Lívio Gomes: Pesquisador Associado do Instituto de Estudos Jurídicos Avançados (IALS / University of London). Professor Associado dos programas de Bacharelado, Mestrado e Doutorado em Direito Tributário e Direito Tributário Internacional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisador Líder do Grupo de Estudos sobre BEPS (Base Erosion e Profit Shifting) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor e Mestre em Direito Tributário pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha. Juiz Federal da 2ª Região, Ex-Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e ex-Auditor Fiscal do Estado de Minas Gerais.

Dorotheo Barbosa Neto: Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (2005), pós graduado em engenharia financeira IEVAL (2015) o que auxilia na busca patrimonial e efetividade na fase de execução processual. Atualmente é Juiz Federal do Trabalho Titular da Vara do Trabalho de Epitaciolândia - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região; professor nos cursos de formação inicial e continuada da Escola Judicial do TRT da 14ª Região; foi Professor Substituto concursado da Universidade Federal do Acre ministrando aulas nas áreas de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito do Consumidor, Ética e Disciplina do Profissional do Direito, no curso de Bacharelado em Direito; ainda foi professor voluntário da Faculdade de Desenvolvimento Sustentável de Cruzeiro do Sul, nos cursos de Contabilidade e Administração de Empresas. Membro de bancas de concurso para magistratura trabalhista e para professores no curso de bacharelado em Direito da UFAC. Palestrante e convidado em cursos jurídicos presenciais e em EAD. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Consumidor, Ética e Disciplina Profissional.

Esdras Silva Pinto: Mestrando em Direitos Humanos e Segurança Pública pela Universidade Estadual de Roraima, possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (2011) e especialização em Poder Judiciário com ênfase em Direito Processual Civil (2013). É juiz de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, titular da Vara Única da Comarca de Bonfim/RR, professor universitário, palestrante e escritor. Atualmente exerce a função de Juiz Presidente do Comitê Gestor de Proteção e Privacidade de Dados do TJRR, sendo o Encarregado de Dados do TJRR - DPO. Nomeado pelo Ministro Luiz Fux Gestor Negocial do Módulo Mandamus da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-Br no Conselho Nacional de Justiça e membro do Comitê Gestor da Numeração Única e das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário também do CNJ, representando os Tribunais de Justiça da região Norte. É também membro do Conselho de Inovação do Laboratório de Inovação e Inteligência da Associação de Magistrados Brasileiros - AMBLab. Tem experiência na área de Direito Processual Penal, Direito Penal,

Direito Processual Civil, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Eleitoral, Direito Legislativo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Direito e Tecnologia, Sistemas Judiciais Eletrônicos, Reflexos da Inovação Tecnológica no Poder Judiciário, Novas Tecnologias e Justiça Digital.



Documento assinado eletronicamente por **ELAINE CRISTINA BIANCHI**, **Diretora da Escola do Poder Judiciário de Roraima**, em 17/02/2022, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1236364** e o código CRC **8A81D093**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA - SETOR DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO. Palácio da Justiça. Praça do Centro Cívico, n.º 296 - Bairro Centro - CEP 69301-380 - Boa Vista - RR. Telefones: - @fax_unidade@, email: - <http://www.tjrr.jus.br>.